



O PAPEL DA ORDEM DE CRISTO NO PROCESSO DE INSTITUIÇÃO DA MONARQUIA PORTUGUESA DURANTE O REINADO DE DOM DINIS (1279-1325).

Carlos Eduardo Zlatic¹; José Carlos Gimenez².

Resumo: Esta pesquisa analisa o significado e as conseqüências políticas da transformação da Ordem dos Templários para a Ordem de Cristo, promovida pelo rei Dom Dinis a partir de 1318. A análise destaca ainda, como, a partir dessa ação, o monarca português fez dessa Ordem Militar uma aliada econômica e política no processo de reconquista territorial e na centralização política do reino de Portugal.

Palavras-chave: Ordem Militar-Religiosa; Dom Dinis; Baixa Idade Media Portuguesa; Instituições Monárquicas.

Introdução

A Ordem dos Templários, também denominados de Cavaleiros do Templo, foi uma das principais Ordens Militares e Religiosas da Idade Média dedicada a proteger os Estados Cruzados no Oriente. A Ordem teve a sua origem por volta do ano de 1115 como desdobramentos das atividades de Hugo de Payens (1070-1139), primeiro Grão Mestre da Ordem, apoiado pelos cavaleiros franceses (os Pobres Soldados de Cristo). No entanto a Ordem alargou suas ações e seu poder com a elaboração monástica da Regra por Bernardo de Claraval ou São Bernardo (1090-1153) e com a exarcação da Bula de Inocêncio II (1130-1143), que estabeleceu sua vassalagem exclusiva ao papa. As campanhas militares contra os muçulmanos deram aos Templários popularidade por diversas regiões da Europa. Porém, atuando como banqueiros na Europa e no Oriente, principalmente na administração das doações dos Cruzados, seus bens logo foram cobiçados por príncipes e reis, com sua reputação em baixa, fez deles inimigos indesejados. Com derrotas para os muçulmanos, os Templários sofreram um abalo profundo na sua forma de atuação e organização. O enfraquecimento derradeiro da Ordem se deu com as várias tentativas de composição com seus concorrentes, os Hospitalários, e dos diversos conflitos com o rei da França, Felipe IV, (1268-1314). Devido a esse confronto, o monarca francês, coligado com papa Clemente V (1305-1314), planejaram a destruição da Ordem. Acusados de “heresias e imoralidade” a Ordem dos Templários foi suprimida pelo Concílio de Viena, 1312 e o grão-mestre da Ordem, Jacques de Molai, e outros seguidores foram executados e os bens da Ordem transferidos para os Hospitalários.³

Assim como em outras partes da Europa, os bens dos Templários em Portugal eram incalculáveis. Acumulando riquezas desde a sua instalação em Portugal, quando a Ordem

¹ Acadêmico do Curso de História. Departamento de História, Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá – PR. Pesquisador do Programa de Iniciação Científica (PIC - UEM). carloszlatic@hotmail.com

² Docente da UEM. Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá – PR. jcgimenez@uem.br

³ Cf. DÍEZ CELEYA, F. Los templarios. Madrid, 2003.

participou ativamente dos projetos políticos de Dom Henrique (1139-1185) na fundação do reino português e na tarefa de reconquista territoriais aos mouros.

Diferente do que ocorrera na o reino francês, com a extinção da Ordem dos Templários D. Dinis, assim como o rei castelhano Fernando IV (1295-1312), adotou uma política de nacionalização dessa Ordem. Nesse sentido, o rei português iniciou, a partir de 1318, uma política junto à Santa Sé para instituir uma nova Ordem Militar. A consolidação de uma nova Ordem se deu a partir de 14 de Março de 1319, por meio de uma bula papal, com a eleição do primeiro mestre e com a instalação da sede em Castro Mirim e, em 1321, com a aprovação dos primeiros regulamentos da recém criada Ordem, chamadas de Ordem de Cristo.

Sendo assim, a atitude do D. Dinis em transformar a Ordem dos Templários para Ordem de Cristo foi uma decisão econômica com o objetivo preservar os bens que a antiga ordem possuía em território português e um projeto político que visava instituir Ordem Militar nacional a serviço da coroa portuguesa.

Materiais e Métodos

Essa pesquisa faz uso de fontes contidas no quinto livro da Monarquia Lusitana, referido abaixo, e analisa tais fontes a partir da linha teórica de Instituições de Idéias, abordada por teóricos do campo da História. Para maior compreensão da linha teórica abordada, como também do período histórico em que a pesquisa faz foco, foram lidas obras bibliográficas consideradas relevantes para tal propósito.

Após análise das fontes, as informações e dados foram inseridos no contexto da época exposta nas obras bibliográficas, fazendo uso da linha teórica proposta pela pesquisa, a fim de tirar conclusões acerca das intenções do monarca português na fundação de uma Ordem Militar nacional.

Resultados e Discussão

O resultado da pesquisa teve um balanço positivo, já que possibilitou reflexões a respeito das intenções que levaram Dom Dinis a negociar a criação de uma nova Ordem Militar, dessa vez com caráter nacional, proveniente dos bens e da Ordem dos Templários. Como também fez surgir novas indagações a respeito do tema.

Conclusões

A partir da pesquisa realizada pode se concluir que Dom Dinis travou uma longa negociação com o Papado, para que a Ordem de Cristo fosse criada, pois esta seria um importante instrumento para se firmar a economia do reino, a partir dos bens dessa ordem, como também seria uma importante força militar, que poderia ser usada para expandir ou assegurar as fronteiras do reino, e ainda, professar a fé cristã. A continuação da pesquisa poderá mostrar maiores detalhes e resultados mais amplos, conforme análise de maior número de fontes.

Referências

BRANDÃO, F. F. Monarquia Lusitana. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1976. Parte V.

Demurger, Alain. Os cavaleiros de Cristo: as ordens militares na Idade Média (sécs. XI-XVI). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2002.

GARTEN, Juan de, Os Templários (Soberana Ordem dos Cavaleiros do Templo de Jerusalém). São Paulo: Traço Editora 1987.

GIMENEZ, José Carlos. A Rainha Isabel nas estratégias políticas da Península Ibérica – 1280-1336. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. 2005 (Tese de doutorado).

MATTOSO, J. (Coord.). História de Portugal: a monarquia feudal (1096-1480). Lisboa: Estampa, 1993. v.2.

MATTOSO, J. A nobreza medieval portuguesa (séculos X a XIV). In: Congreso de estudios medievales: La nobleza medieval peninsular en la Edad Media. Ávila, 1999. p.10-31.

MATTOSO, José. Identificação de um país: ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325). Lisboa: Ed. Estampa, 1986, vol. II.

MATTOSO, Jose. O essencial sobre a cultura medieval portuguesa (séculos XI a XIV). S.l.: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1993.

SARAIVA, António José. O crepúsculo da Idade Média em Portugal. Lisboa: Gradiva, 1988.

SERRÃO, J.; MARQUES, A. H. de O. Nova História de Portugal: Portugal em definição de fronteiras (1096-1325), do condado portugalense à crise do século XIV. Lisboa: Presença, 1996. v.3, p.214-224.